



## Áreas Prioritárias e Objectivos Estratégicos

2019

### Área criminal

#### I

#### (Reavaliação de Objectivos)

No ano de 2018 - de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro - deram entrada na Procuradoria da Comarca de Beja **4815** (quatro mil oitocentos e quinze) inquéritos.

Findaram **5137** (cinco mil cento e trinta e sete) inquéritos.

Foram suspensos **278** (duzentos e setenta e oito) inquéritos.

Globalmente considerado, o resultado é positivo – saldo favorável de **322** (trezentos e vinte e dois) inquéritos, o que corresponde a uma diminuição da ordem dos **8,69%** - sendo certo que se parte de um patamar já bastante baixo o que, nestas circunstâncias, mais difícil se torna obter ganhos significativos.

Relativamente às Procuradorias cujo saldo se apresenta negativo há que referir o seguinte:

Em **Cuba** em 1 de Janeiro de 2018 estavam pendentes **167 inquéritos** e, em 31 de Dezembro de 2018, **227 inquéritos**, com **19** processos suspensos.

Em **Ourique**, em 1 de Janeiro de 2018 existiam **223 processos** e em 31 de Dezembro **255**, com **19** processos suspensos.

Em **Serpa**, em 31 de Janeiro de 2018 existiam **203 inquéritos** pendentes e em 31 de Dezembro **208**, com **15** suspensos.

Como se alcança destes números – e com a excepção de Cuba - o aumento de pendências não é relevante.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

As restantes Procuradorias apresentam resultados positivos, cumprindo um dos objectivos principais - chegar ao fim do ano com **menos processos** que aqueles que vinham do ano anterior.

O recurso aos mecanismos de simplificação e consenso continua a apresentar valores bastante razoáveis, bons mesmo em algumas situações. No total, foram deduzidas **659 acusações** na Comarca de Beja.

O mecanismo previsto no **artº 16º nº 3** do CPP foi usado em **81** ocasiões.

A acusação em **processo abreviado** em **38** ocasiões e o processo sumaríssimo em **67** ocasiões. Foram arquivados **9** inquéritos nos termos do disposto no **artº 280º do CPP** e foram **suspensos provisoriamente** (artº 281º do CPP) **278** processos.

Ainda subsiste uma elevada percentagem de processos pendentes há mais de 8 meses – **38,01%** do total – quando esse valor, em nossa opinião, nunca deveria ficar acima dos 20%/25%.

Casos como o da Procuradoria de Moura – que é único - em que o valor ultrapassa os 50% (!) terão de ser resolvidos com o recurso a novas reafectações de processos a outros magistrados.

Quanto ao uso dos mecanismos de simplificação e consensualização verificou-se uma estabilização.

Podemos assim concluir que a maioria dos Objectivos fixados para 2018 obtiveram um grau de cumprimento satisfatório, mormente no que concerne à persistente (desde 2014) diminuição do número global de inquéritos pendentes, à utilização de mecanismos de simplificação e de desburocratização.

Tendo em consideração a avaliação feita propõe-se para o ano de 2019:

a) O primeiro objectivo em matéria de investigação criminal será o de terminar o ano judicial com um saldo positivo de inquéritos, da seguinte



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

forma: o número de processos pendentes em **31/12/19** terá de ser inferior em cerca de **8%** ao número de processos pendentes em **1/1/19**.

b) A percentagem de inquéritos pendentes há mais de 8 meses não deverá representar mais que **25%** da totalidade de processos pendentes em 31 de Dezembro.

c) Em 31 de Dezembro todos os inquéritos cuja data de autuação seja **anterior a 2016** deverão estar findos.

d) Pelo menos **50%** dos inquéritos com data de autuação de 2016 terão de estar findos em 31 de Dezembro.

e) O uso de **formas processuais simplificadas** – processo abreviado, sumaríssimo e artº 16º nº 3 do CPP – deverá ser intensificado.

f) O recurso ao mecanismo previsto no **artº 281º do CPP** deverá ser intensificado, abrangendo situações de criminalidade de menor relevância e onde os antecedentes criminais do arguido o justifiquem.

## II

### **Fenómenos Criminais Prioritários/Decisão em Prazo Razoável**

Com a excepção do fenómeno da **Violência Doméstica/Género** – que, apesar de tudo, não apresenta em Beja valores alarmantes se comparado com outras regiões do País – os fenómenos criminais de Corrupção e Criminalidade Económico-Financeira e Cibercrime e Prova Digital não têm uma incidência digna de especial relevo no âmbito desta Comarca.

Devido a factores intrínsecos – fraco desenvolvimento, associado à ausência de empreendimentos económicos de vulto e à quase inexistência de fluxos financeiros relevantes – os fenómenos de corrupção e criminalidade económico-financeira àquela associados representam uma parcela relativamente pequena e com pouca expressão.

Assim e ao todo em 2018 foram instaurados **11** (onze) inquéritos por **crimes de corrupção e criminalidade económico-financeira**. Terminaram **4** (quatro) inquéritos.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

São processos normalmente instruídos pela PJ e, por vezes, a competência para investigação é deferida ao DIAP, atenta a sua especificidade.

Crimes em ambiente digital – **cibercriminalidade** – é um fenómeno com maior relevância, mas que não assume valores impressionantes.

Em 2018 foram instaurados **95** (noventa e cinco) inquéritos no âmbito da cibercriminalidade. Findaram **94** (noventa e quatro). A sua investigação não apresentou problemas de especial relevo – atento o prazo relativamente curto que mediou entre o início do processo e o seu término – sendo certo que alguns destes fenómenos são erradamente qualificados como cibercriminalidade – burlas pela internet, por exemplo.

Mais complexo se nos afigura o tratamento dos fenómenos associados à **Violência Doméstica/Género** e a prossecução de algumas Directivas e princípios orientadores propugnados pela Procuradoria-Geral da República.

Em Beja e em 2019 foram instaurados **223** (duzentos e vinte e três) inquéritos por violência de género. Findaram **154** (cento e cinquenta e quatro). A simples leitura destes números dá bem uma ideia sobre a sua importância, nesta Comarca, no cotejo com outros fenómenos criminais igualmente considerados prioritários.

Gostaríamos de por em prática alguns princípios de actuação – muitos contidos em documentos de trabalho emitidos pela PGR – nomeadamente:

Do ponto de vista organizativo com:

- a) especialização no combate ao fenómeno da violência de género, para o que seria necessário uma,
- b) concentração num único magistrado da competência para a sua investigação e subsequente
- c) uniformização de procedimentos à escala de toda a Comarca, integrando todos os OPC,s.

Processualmente:



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

a) audição da(o) queixosa(o), de forma sistemática, em acto seguido à apresentação da queixa com recurso, sempre que possível, ao dispositivo do artº 271º do CPP.

b) Selectividade rigorosa na escolha da medida de coacção a aplicar ao arguido que, podendo passar pelo simples afastamento e/ou proibição de contactos em casos de pequena ou média gravidade, poderá justificar em muitos outros o recurso a medidas de coacção privativas de liberdade.

c) encurtamento de todos os prazos de investigação, coadunáveis com a natureza urgente do processo e que não contrariem qualquer disposição legal.

d) finalmente, assegurar a direcção efectiva do inquérito pelo magistrado, que controlaria pessoalmente o cumprimento destas directivas, ainda que a investigação fosse delegada no OPC.

\*

Todavia, o levar à prática estes princípios organizativos e métodos de trabalho esbarram com a realidade da Comarca e que se explica da seguinte forma:

a) **exiguidade do quadro de magistrados** – falta criar em Beja uma **secção especializada** que concentre a investigação de um núcleo de processos cuja investigação seria deferida a um único magistrado. Tal desiderato – do qual se vem dando conta em sucessivos relatórios – não foi ainda concretizado dada a escassez do quadro, sobretudo na sede da Comarca. Em Beja/sede a investigação criminal é assegurada por **dois Procuradores Adjuntos** os quais tramitam regularmente, por ano, entre 1400/1500 inquéritos. Além disso, também asseguram a tramitação de todos os processos administrativos e a representação cível. Qualquer incremento de serviço, como o que adviria da concentração de alguma(s) espécie(s) processuais em Beja, tornaria praticamente impossível a gestão do serviço, caso o efectivo humano não fosse adequado.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

b) **desfasamento no quadro das duas magistraturas** – em Beja/sede o número de magistrados do Ministério Público (Procuradores e Procuradores Adjuntos) é de 6 (seis). O de juízes é de 9 (nove). Na Comarca de Beja não existe JIC. As funções são desempenhadas pelos juízes dos respectivos juízos de competência genérica e, em Beja/sede, pela juíza do juízo local criminal. O que significa que as respectivas competências se restringem às áreas dos municípios incluídos no respectivo juízo – em Beja, municípios de Beja e Mértola.

Assim se, por hipótese, um processo de violência de género, oriundo do município de Odemira, estivesse a ser tramitado em Beja, sempre que fosse necessária a intervenção do JIC – para efeitos do disposto no artº 271º do CPP, por exemplo – teria de ser remetido a Odemira e o magistrado titular (de Beja) teria de se deslocar a este juízo para aí apresentar o processo ao juiz competente...

\*

Apesar destas limitações, é nossa intenção realizar a breve prazo uma reunião com todos os magistrados afectos à investigação criminal, no sentido de implementar alguns dos princípios supra-referidos, estabelecendo-se normas de actuação que confirmam maior celeridade à tramitação do processo e (fixação de prazo de investigação mais curtos) e, simultaneamente, maior eficácia à protecção da vítima (maior selectividade na escolha das medidas de coacção).

### III

#### **Recuperação de Activos**

Não há notícia de intervenção na área da Comarca de Beja de qualquer intervenção quer do Gabinete de Recuperação de Activos, quer do Gabinete de Administração de Bens.

Já por diversas vezes em diversas reuniões colocámos a questão a todos os magistrados presentes, suscitando-nos algumas dúvidas sobre se as directivas nesta matéria estariam ou não a ser cumpridas e as respostas que



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

obtivemos foram sempre no sentido de não se mostrarem reunidos os pressupostos para tal.

De uma maneira geral, como já se referiu, a criminalidade de incidência económico-financeira tem uma expressão muito fraca nesta Comarca. Não tivemos conhecimento, mormente pelos contactos que temos mantido com o senhor Procurador da República no juízo central cível/criminal, de casos em que estivessem envolvidos acervos patrimoniais que justificassem a intervenção destes gabinetes. Não nos recordamos de apreensões de bens de vulto – imóveis, veículos de luxo, contas bancárias bem provisionadas, etc. Não são processos tipo que aqui sejam normalmente tramitados.

De todo o modo será renovado o alerta para todos os magistrados com intervenção na investigação criminal, para continuarem a prestar atenção a este fenómeno e, sempre que necessário, comunicar esses factos aos departamentos respectivos.

## Área de Família e Menores

### I

#### (Reavaliação de Objectivos)

Os objectivos traçados para a área dos **direitos das crianças de jovens** orientavam-se por dois factores – procedimental e institucional -.

Esta área sofreu alterações significativas a nível estrutural, implicando a dispersão de competências dos diversos actores.

As alterações introduzidas na organização do trabalho nesta jurisdição, nomeadamente com a nomeação de uma coordenação sectorial, permitiram um controlo mais assíduo da intervenção dos restantes magistrados com competência nesta jurisdição e uma maior uniformização dos procedimentos.





PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Embora o juízo central de família e menores concentre a maior parte do esforço relativamente à totalidade dos processos tramitados em toda a Comarca de Beja, não é despicienda a existência de uma coordenação que centralize a informação e projecte a intervenção dos vários magistrados de forma a conferir eficácia e coerência à sua actuação.

A partir de Setembro de 2018, o juízo central de família e menores passou em estar instalado em Beja/sede, cumprindo-se assim um dos objectivos pelo qual se lutava desde o início da reforma judiciária. Os ganhos em termos de acessibilidade e adequação das instalações (embora ainda em módulos amovíveis) são evidentes.

Foi possível manter uma interacção e um contacto estreitos com as diversas entidades que cooperam com o Ministério Público – CPCJ,s, Segurança Social, OPC,s – nesta jurisdição.

Tal interacção, contudo, nem sempre foi alcançada no respeito integral da Circular nº 3/06 PGR de 6 de Março, como salienta a senhora Procuradora da República Coordenadora no relatório que nos enviou. De facto, as características da Comarca, mormente as distâncias que separam as várias localidades sede de município, torna extremamente difícil o acompanhamento “in loco” do trabalho desenvolvido por estas entidades e que, no caso do juízo central, são em número de **oito**.

Optou-se, com o nosso conhecimento e aprovação, por formas simples e expeditas de contactos – por telefone, por mensagens e mails – os quais permitiram um apoio e comunicação em tempo útil que permitiu que nenhuma situação ficasse sem ser adequadamente tratada.

Para além disso e como se alcança dos dados ínsitos no relatório anual, a intervenção do Ministério Público na jurisdição de família e menores foi intensa e profícua e que se traduziu em 250 (duzentos e cinquenta) atendimentos, o que traduz um incremento relativamente ao ano de 2017 de **11,90% - 210** atendimentos em 2017, para **250** em 2018 -.





Também foram instaurados mais Processos Administrativos em 2018 – 181 em 2018, para 162 em 2017 -.

## II

### **Direitos das crianças e jovens, em especial a abordagem à delinquência juvenil**

O fenómeno da delinquência juvenil não assume em Beja dimensão e organização que justifique alarme e provoque especiais preocupações, para além daquelas que o fenómeno, naturalmente e em si mesmo considerado, possa assumir.

Não existem indícios de criminalidade juvenil ou grupal enquanto fenómeno autónomo e com repercussões sociais. Os fenómenos que surgem são desinseridos de qualquer organização, são fenómenos isolados, esporádicos e sem que se detecte qualquer incidência num tipo específico de crime, como se alcança dos elementos vertidos no relatório anual, no que tange à identificação dos fenómenos criminais mais frequentes.

Apesar de tudo, os factores potenciadores da criminalidade juvenil que proliferam em outras regiões do País – concentração de populações desenraizadas em bairros degradados e/ou periféricos; tensões étnicas e sociais; subculturas marginais e de gang, etc – não existem em Beja.

Por isso, é-nos difícil concretizar objectivos específicos – quantificáveis/procedimentais - relativamente a uma realidade que, ou não existe, ou existe de forma tão incipiente e marginal, que não tem qualquer reflexo visível na economia do trabalho desenvolvido nesta jurisdição.

Não se deixará, contudo, de alertar e sensibilizar os senhores magistrados para a necessidade de complementar a acção desenvolvida em sede de ITE, com medidas que sejam julgadas convenientes no âmbito da intervenção ao nível da promoção e protecção dos jovens – facto que, aliás, e sobretudo no juízo central, vem sendo assumido de forma sistemática.



## Área Cível/Criminal

### I

#### Adultos especialmente vulneráveis

##### (Reavaliação de Objectivos)

Como se referiu anteriormente, a intervenção do Ministério Público no âmbito da jurisdição cível mantem-se em níveis baixos. Daí que não tenham sido, nem poderiam ser, fixados objectivos quantitativos.

A qualidade da intervenção do Ministério Público nesta jurisdição passará muito mais pela avaliação que for feita sobre o sucesso, ou insucesso, da representação concreta que é deferida a esta magistratura na defesa dos interesses que estão legalmente confiados.

Não assumindo especial relevo na Comarca, por exemplo, a representação de interesses patrimoniais do Estado – embora algumas intervenções tenham ocorrido – já a actuação no domínio da promoção e defesa de adultos especialmente vulneráveis tem sofrido uma expansão exponencial o que, por si só, confere a este segmento da intervenção do Ministério Público uma especial importância e merece uma atenção redobrada.

Na verdade e confirmando o que se deixou dito, na Comarca de Beja em 2016/2017 tinham sido instauradas **80** (oitenta) acções de interdição/inabilitação. Em 2018 foram instauradas, ao todo, **273** (duzentas e setenta e três) acções de interdição/inabilitação, o que equivale a um aumento de **340%** num só ano!

As recentes alterações legislativas introduzidas pela Lei nº 49/18 de 14 de Agosto vieram acrescentar maiores responsabilidades à actividade do Ministério Público na promoção e defesa dos direitos destes cidadãos, impondo uma actuação diferenciada relativamente aos procedimentos



seguidos nas antigas intervenções no âmbito do processo de interdição/inabilitação.

## II

### Propostas e Medidas

Realizou-se no passado dia 31 de Janeiro uma reunião de trabalho com todos os magistrados da Comarca na qual, para além de outras questões previamente agendadas, se debateu especificamente alguns aspectos mais controversos da Lei nº 49/18, tendo-se logrado consensos sobre diversas questões – para o que muito contribuíram as lições recolhidas em sede de acções de formação – e estabelecido procedimentos de actuação. Contudo, foi deixada em aberto e a aguardar eventuais intervenções da hierarquia, a questão de saber como dar concretização a diversas disposições, nomeadamente quanto à legitimidade/oportunidade do Ministério Público em promover a efectivação das imposições contidas no artº 155º do CC e tendo em consideração o disposto no artº 26º n.ºs 4 e 8 da Lei.

É matéria sobre a qual nos iremos pronunciar, se necessário, em instrumento hierárquico, caso permaneça disparidade de entendimentos e procedimentos diferenciados por parte dos vários magistrados.

Foi ainda chamada a atenção para a necessidade de abreviar todos os procedimentos prévios à propositura da acção, tendo em conta tratar-se de uma intervenção que passou a ser considerada urgente – artº 891º do CPC -.

Neste sentido, foi apresentado pelo senhor Procurador Adjunto de Beja um modelo de ficha para recolha de elementos, por ele elaborado e que, estando já a servir de base na sede da Comarca e também por se entender ser um documento com virtualidades para cumprir com rigor a sua função, foi comunicada e distribuída por todos os presentes.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

A **vertente criminal** da actuação do Ministério Público – crimes contra idosos em ambiente ou fora de ambiente familiar – não tem apresentado valores significativos. Poderá haver aqui alguma confusão na autonomização deste fenómeno, que em muitas Procuradorias continua a ser tratado no âmbito da violência doméstica. Daí que os números vertidos no relatório anual sejam pequenos, muito provavelmente, por escassos e imprecisos.

O que não significa que o fenómeno seja negligenciado. Só que é analisado e tratado numa outra perspectiva.

É este um domínio que requer, a par da jurisdição de menores, uma intervenção multidisciplinar, com a convocação de outras instituições, mormente a Segurança Social, na descoberta de soluções para problemas que, além do jurídico, têm sobretudo uma vertente social subjacente. A retirada da vítima do contacto com o agressor – na maioria dos casos o próprio familiar – e a sua colocação em instituições de abrigo, são tão ou mais importantes que a vertente repressiva, que será aquela para a qual o Ministério Público estará mais vocacionado.

Impõe-se assim um alerta, que se deverá traduzir em procedimentos concretos a implementar e transmitir a todos os magistrados que, a jusante, venham a tomar contacto com esta realidade para avaliarem, sempre que esteja em causa um crime de maus-tratos a idosos, para além da necessidade de adequarem a medida de coacção à situação específica – afastamento do agressor, proibição de contactos – também a intervenção dos serviços da Segurança Social.

### III

#### **Interesses difusos e colectivos**

Foi também escassa a actuação do Ministério Público neste domínio.

Apesar de tudo, sobressaem três intervenções no plano **cível** – em Serpa, Beja e Cuba – todas no âmbito da defesa do património cultural,



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

tutelado na Lei nº 107/01 de 8 de Setembro que já terminaram com decisão favorável.

Encontram-se ainda pendentes dois inquéritos criminais – um em Ferreira do Alentejo e outro em Beja, sendo que este último tem como queixoso o município local – cujo objecto visa determinar a existência de eventuais ilícitos relacionados com o meio ambiente e com a possível apropriação por um particular de documentação pública com relevo histórico e respectiva reversão.

No acompanhamento destes processos temos mantido um intercâmbio de contactos com o Gabinete de Interesses Difusos da PGR não só para obter o máximo de informação disponível sobre tais matérias, mas também no intuito de dar a conhecer a evolução destas intervenções, bem como as decisões venham a ser tomadas.

De todo o modo e como se deixou referido, estamos perante um “nicho” de actividade escasso, com matérias muito diversificadas e que não obedecem a um padrão comum.

### **Reflexões Finais**

Afigura-se-nos que o balanço global da actividade do Ministério Público na Comarca de Beja é francamente positivo.

Na **jurisdição criminal** e apesar dos constrangimentos já enunciados – e que se repetem de ano para ano – continuam a ser cumpridos, com poucas excepções, os objectivos propostos. Não há pendências excessivas, nem atrasos significativos, salvo em uma ou outra situação pontual – Moura e Beja, por exemplo – mas perfeitamente recuperável. A articulação entre as diversas fases processuais processa-se com normalidade e eficiência. Há uma persistente diminuição do número de processos pendentes de ano para ano, desde 2104.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL  
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA  
Coordenação

Na **jurisdição de família e menores** a intervenção do Ministério Público tem-se pautado por critérios de eficácia e prontidão na resposta, apesar dos escassos meios disponíveis, sobretudo nas assessorias. A grande dispersão territorial da Comarca, mau grado as alterações introduzidas pelo DL n.º 86/16 de 27 de Dezembro, continua a prejudicar um contacto mais assíduo com as CPCJ,S (oito) da competência do Juízo central.

Todavia, os números que o relatório anual exprime, demonstram uma actividade constante na defesa e promoção dos direitos dos menores.

Finalmente, quer na jurisdição cível, quer na jurisdição de trabalho o Ministério Público assegurou com eficácia a defesa de todos os direitos que lhe estão confiados.

Haverá assim que dar continuidade ao trabalho desenvolvido, renovar regras e procedimentos já estabelecidos, de acordo com a dimensão, características e dinâmica da Comarca, para o que se torna essencial – **e essa é a grande incógnita no momento em que redigimos esta informação** – que a estabilidade do quadro de magistrados seja assegurada.

Beja, 18 de Março de 2019

O Magistrado do Ministério Público Coordenador



(José Bernardo Almeida Marujo)